

JANEIRO N.º 75 NOVA SÉRIE / APRENDER O SEXO • Parlamento & Paramentos

Reg

• Espanha: os bastardos do capitalismo • «Para onde vão os economistas portugueses?»:  
Pereira de Moura • Leitura do corpo de RAMOS ROSA • IDEOLOGIA / CINEMA / CRÍTICA

# o tempo e o modo



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO  
25 DE ABRIL

## a nova assembleia

A apologia da *dinâmica*, da *renovação*, do *desenvolvimento tout court* prefaciava a actividade da «nova» Assembleia — a Assembleia do após-eleições. As pessoas atiravam-se (e atiram-se) perguntas sobre o tipo de funcionalidade que, dentro do regime e do sistema, a Assembleia Nacional (num contexto de *desenvolvimento* a que as forças de topo atribuem um significado preciso) vai preencher. Tanto mais que o próprio processo de eleição da mesa da Assembleia parecia oferecer uma pista sobre o dinamismo interno daquele órgão de Estado a curto prazo — duas listas tencionavam em princípio apresentar-se a sufrágio: numa delas estavam nomes como o de Melo e Castro; na outra figuravam personalidades como Veiga de Macedo, Ulisses Cortez e Neto Miranda. Como se sabe, porque a Imprensa o referiu, apenas uma lista se revelou afinal — aquela em que o primeiro, segundo e terceiro vice-presidentes eram, respectivamente, Melo e Castro, almirante Armando Rebelo e Almeida Garrett. Sabe-se também, porque a Imprensa informou, que em relação ao cargo de presidente não havia quaisquer controvérsias pois o consenso se manifestava no sentido do seu provimento pelo Eng.º Amaral Neto.

O resultado da votação, onde, com 120 presenças, Melo e Castro obtinha 90 votos a favor, demonstrava, no dizer do próprio Melo e Castro, ter havido uma escolha. Mas essa opção implicará uma clivagem no seio destes servidores do regime? E essa clivagem, a existir, seria de tal modo típica ou específica que transformaria a Assembleia Nacional (ou Parlamento, como também se lhe chama) num órgão que escaparia ao papel que os seus congéneres dos outros países ocidentais desempenham na engrenagem das sociedades de hoje?

\*

Os parlamentos, enquanto órgãos soberanos da vontade popular, têm a sua formação ligada ao capitalismo liberal. Como o próprio capitalismo evoluiu, também o lugar das assembleias parlamentares, como instituições do capitalismo, foi alterado.

De um tempo de dispersão de interesses das várias fracções da burguesia, chegou-se a um tempo de concentração desses interesses. Do Estado abstencionista

da ordem liberal passa-se, notoriamente a partir da segunda Guerra Mundial, a um Estado interventor ou administrador. A burguesia capitalista industrial foi moldando o seu Estado — o seu poder monopolizara de tal maneira todos os aspectos da vida socio-económica que a existência de um aparelho estatal clássico (onde, no parlamento, como órgão mais importante, se debatiam os interesses das várias camadas da burguesia industrial nascente) se tornava injustificada. O próprio capitalismo não fazia mais que arrastar, no seu processo de desenvolvimento e de concentração do poder económico, as instituições que no seu interior tinham nascido; essas instituições, como peças do sistema, não podem pois, historicamente, ocupar o lugar e desempenhar as funções que tinham nos primórdios do capitalismo. A força definitiva que determina os rumos da sociedade não pode residir, na sociedade dita neocapitalista, em órgãos como as assembleias parlamentares mas sim no universo económico dos monopólios.

As declarações melancólicas de políticos estrangeiros ocidentais apontando no sentido de um «regresso às fontes», à pureza da democracia parlamentar, não podem, pois, deixar de ser integradas num contexto mais vasto que é: o crescer da luta anti-capitalista por formas incontroláveis pelo sistema traz como consequência a necessidade, experimentada pelo poder dos monopólios, de canalizar para dentro do sistema, para o seio das assembleias parlamentares reactivadas, as forças de oposição. No próprio momento em que perde qualquer efectividade como centro de decisão, a «linguagem de voto», torna-se a cobertura ideológica necessária ao exercício *real* do poder.

LUÍS FILIPE SABINO

## uma sociedade nova

«Uma sociedade industrial só pode prosperar se os trabalhadores compreenderem o sentido da sua tarefa e estiverem plenamente associados à elaboração de todas as decisões que lhes dizem respeito... Por elevada que seja, uma taxa de crescimento elevada não traz a felicidade. É um estilo, um modelo de desenvolvimento que estão em causa na profunda mutação em que estamos comprometidos. Depende de nós que esse modelo seja mais humano».

(Chalban Delmas, na Assembleia Nacional francesa). Disse recentemente uma voz autorizada (1) que

(1) — Dr. João Salgueiro, subsecretário de Estado do Planeamento.

não tem sido pródiga em declarações públicas (o que maior importância confere à sua profissão de fé), que «quer tenhamos ou não consciência antecipada do fenómeno, trata-se verdadeiramente de construir, nos próximos decénios, uma sociedade nova». A teoria desenvolvida a propósito resume-se em que, dado que estamos fortemente atrasados em relação aos outros países europeus industrializados, temos possibilidades de evitar os erros que cometeram e assim, quando em 1990 (se não se alterar o ritmo do crescimento da economia nacional) a capitação do produto em Portugal atingir «o nível médio que hoje se regista nos países do Mercado Comum Europeu», a nossa sociedade pode ser muito mais equilibrada e liberta das tensões que hoje nesses países se verificam. Para isso há que programar, controlar, democratizar, redistribuir, etc., Há que actuar concretamente, estabelecidas as opções fundamentais, «ao nível nacional e das empresas, como unidades de vida e relações sociais para a larga maioria da população. A conjugação dos esquemas de actuação nestes diferentes domínios constituiria autêntico «projecto de construção da futura sociedade portuguesa». Projecto em cuja elaboração e execução deve participar toda a população portuguesa pelo recurso a estruturas capazes de mobilizar eficazmente a totalidade das forças criadoras do País». Quase nos sentiríamos galvanizados por tal entusiasmo «prospectivo», por tal exigência de «eficácia», de «capacidade técnica» e de «participação», se não reconhecessemos nessas palavras o tom fervoroso com que naqueles mesmos países de que devemos assimilar as virtudes sem lhes «desejar todos os valores e estruturas económicas e sociais», costumam exprimir-se os seus mais ardentes tecnocratas. E, no entanto, sem ter sobre os ombros uma pesada herança de «reflexos ocultistas» como por estas paragens, também eles não têm podido conseguir o apetecido equilíbrio socio-económico, nem a racionalidade que o deverá acompanhar.

Uma é a posição de técnicos sem interesses capitalistas directos, que pensam o sistema, por assim dizer, de fora, e que julgam poder, em nome de uma «certa» racionalidade, fazer inflectir o desenvolvimento daquele a partir de uma óptica valorativa (o que deveria ser a sociedade portuguesa em 1990: já tínhamos em França o «horizonte de 80», pois aí está agora para Portugal o «horizonte 90»); outra é a perspectiva muito distinta, dos interesses privados, e em particular dos grandes grupos em competição interna e externa, para quem as prioridades passam necessariamente pelo interior das suas próprias empresas ou dos centros de decisão a que estão ligados no estrangeiro. Para não

falar na legião de médios empresários para quem o critério de sobrevivência (talvez *irracional*, mesmo do seu ponto de vista, mas que é impossível ignorar) estará acima de quaisquer considerações de racionalidade social. Entre todos estes interesses (e outros, como por exemplo, os agrícolas) manifestar-se-ão, sem dúvida, contradições e é dos compromissos que em torno delas se realizarem que resultarão os traços essenciais do desenvolvimento português dos próximos anos. Não é de esperar, portanto, que problemas como os de urbanismo, saúde, educação, etc. venham a ter as soluções mais «racionais» ou socialmente mais úteis. Os progressos que nesses sectores se verificarem estão necessariamente limitados por uma competitividade imprescindível com aquele jogo de interesses. E a acção mais eficaz que os técnicos poderão empreender situa-se ao nível do esclarecimento daqueles agentes económicos sobre a natureza mesma dos respectivos interesses — e não em termos de um modelo de sociedade ideal.

É certo que na segunda das orações que constituem a mencionada profissão de fé, a mesma voz autorizada denunciou as suas preocupações relativamente à pouca simpatia que as ideias então expostas despertariam entre os que detêm «o monopólio do bom senso e do realismo económico e político, se consideram juizes da maturidade e das necessidades da população, de mistura com a defesa de muitos interesses próprios» (sublinhado nosso). A mesma voz tinha, aliás, ido um pouco mais longe em certo colóquio na Sociedade Nacional de Belas Artes quando, poucas semanas antes de adquirir a actual autoridade, acusava de superficiais as análises feitas pela mesa, por não ter suficientemente em conta o papel dos referidos interesses...

Como era de esperar também, encontramos nas palavras que nos merecem este comentário, uma breve denúncia do «perigo da tecnocracia» e uma referência às possíveis críticas vindas dos que «consideram sua propriedade a bandeira da esperança». Talvez não fosse, porém, de todo inútil meditar um pouco em certas análises sobre a dinâmica do sistema (que não são simples esquemas intelectuais), a fim de compreender a reduzida margem de manobra que resta a quem pretende «recriar o sistema de relações e organização social» a partir de uma mobilização voluntária que ousáramos, nós, situar precisamente no campo dos esquemas intelectuais.

JOÃO MARTINS PEREIRA